



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Pró-Reitoria de Graduação
Diretoria de Processos Seletivos



**Processo de Seleção do Programa de Pós-graduação em Educação –
Curso de Mestrado Acadêmico - Turma 2027-1 - EDITAL PPGED Nº 4/2026**

Linha de Pesquisa: História e Historiografia da Educação

CHAVE DE CORREÇÃO DA PROVA ESCRITA

ESPELHO DA QUESTÃO 01

O período do Estado Novo (1937-1945), sob o governo de Getúlio Vargas, constituiu um momento decisivo para a história da educação brasileira, marcado por centralização política, nacionalismo e controle ideológico. Saviani (2017, p. 264) destaca que “as reformas do Estado Novo acentuaram o caráter nacionalista e autoritário da educação, vinculando-a aos objetivos de controle social e de formação da mão de obra necessária à industrialização em curso”, evidenciando que a escola passou a ser mobilizada como instrumento estratégico do projeto político do regime.

A centralização administrativa foi consolidada com a criação e atuação do Ministério da Educação e Saúde, e, especialmente, com a atuação do ministro Gustavo Capanema (1943-1945), que organizou e regulamentou o ensino secundário e superior. No ensino secundário, foi implementada a divisão em dois ciclos – ginásial e colegial – com currículos uniformizados, disciplina rígida e ênfase em conteúdos moralmente e nacionalmente orientados. O objetivo era formar cidadãos obedientes, adaptados à ordem social e aptos a atender às demandas do Estado em processo de industrialização (Saviani, 2017, p. 267). O ensino técnico também recebeu destaque, refletindo a preocupação com a formação de mão de obra industrial qualificada, um elemento central do projeto modernizador do Estado Novo.

No ensino superior, as reformas buscavam modernizar e expandir a educação, com a criação de universidades e centros de formação profissional, mas sempre sob supervisão estatal. Saviani (2017, p. 269) enfatiza que “a intervenção do Estado na universidade visava tanto a melhorar a formação técnica e científica quanto a controlar ideologicamente o corpo docente e discente, de modo a consolidar valores nacionais e autoritários”. Assim, as medidas do Estado Novo expressaram simultaneamente um projeto de modernização educacional e uma estratégia de controle social e ideológico.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Pró-Reitoria de Graduação
Diretoria de Processos Seletivos



Nesse período destaca-se também a influência significativa da Igreja Católica, principalmente no ensino primário, em especial nas regiões rurais. A Igreja manteve tradições educativas e conteúdos morais e religiosos, mas teve de ajustar sua atuação à centralização do Estado. Paralelamente, os renovadores da educação, inspirados no movimento da Escola Nova, defendiam a democratização do ensino e métodos pedagógicos centrados no aluno, com ênfase no desenvolvimento integral. Saviani (2017, p. 270) observa que “as propostas dos renovadores foram, em grande medida, incorporadas de forma limitada pelo Estado Novo, subordinadas aos objetivos nacionalistas e autoritários do regime, e sem que se assegurasse a democratização efetiva do ensino”.

As reformas do Estado Novo evidenciam, portanto, a tensão entre modernização, autoritarismo e nacionalismo. Enquanto buscavam estruturar e ampliar o ensino, essas medidas restringiam a liberdade pedagógica, uniformizavam currículos e subordinavam a escola às prioridades do Estado. A disciplina de Educação Moral e Cívica, a valorização do nacionalismo e a ênfase na formação técnica ilustram como o regime articulou projetos de modernização e controle social, combinando avanços institucionais com restrições à pluralidade cultural e à autonomia escolar.

Os impactos desse período foram duradouros. As reformas consolidaram a centralização administrativa e estabeleceram bases para políticas posteriores, inclusive durante a ditadura militar (1964-1985), quando o ensino técnico e a padronização curricular foram aprofundados. Além disso, o modelo de vinculação da educação ao projeto de Estado deixou legado na forma de conceber a escola como espaço de formação cidadã e ideológica, tema recorrente nos debates sobre democratização da educação. Saviani (2017, p. 272) enfatiza que “o Estado Novo deixou marcas estruturais na administração e nos conteúdos do ensino, que influenciaram as políticas educacionais brasileiras por décadas”.

Portanto, analisar as reformas educacionais do Estado Novo permite compreender como a educação no Brasil historicamente oscilou entre avanços institucionais e limitações autoritárias, refletindo as tensões entre modernização, nacionalismo e controle ideológico. Esse período evidencia que a educação não é neutra, mas um campo de disputas políticas e sociais, cujos efeitos estruturais se estendem para além do contexto



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Pró-Reitoria de Graduação
Diretoria de Processos Seletivos



imediate, influenciando a formação de políticas públicas e os debates sobre a democratização do ensino no país.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados. 2017.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA QUESTÃO 01

1. Domínio e consistência teórica dos conceitos conforme as referências bibliográficas indicadas neste Edital (28,00 pontos)

10 pontos para a demonstração do conhecimento histórico do Estado Novo;
10 pontos para a demonstração do conhecimento da história da educação no Estado Novo;
08 pontos para a demonstração de conhecimento a respeito do papel da Igreja Católica no Estado Novo e, também sobre os ideário de civismo, como a implementação de disciplina de Educação Moral e Cívica.

2. Análise e articulação dos conceitos no desenvolvimento da resposta da questão (18,00 pontos)

10 pontos para o texto que apontar os conceitos de forma correta e articulada com a educação no Estado Novo.
08 pontos para o texto que apontar a relação entre a história e a legislação educacional no período do Estado Novo, principalmente no aspecto da presença da Igreja Católica e da implementação da Educação Moral e Cívica.

3. Coerência e coesão textual da resposta da questão (10,00 pontos)

10 pontos para a escrita clara e consistente a respeito da história da educação, apontando argumentos de autores indicados na lista bibliográfica.

4. Domínio e adequação da linguagem à norma padrão da língua portuguesa da resposta da questão (4,00 pontos)

4 pontos para o texto que demonstrar domínio e adequação da linguagem à norma padrão.

ESPELHO DA QUESTÃO 02

A história da educação no Brasil é marcada por tensões entre projetos de emancipação e projetos de subordinação social. Como observa Saviani (2017, p. 9), “a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Pró-Reitoria de Graduação
Diretoria de Processos Seletivos



história da educação é parte integrante da história da sociedade, refletindo, em sua especificidade, os condicionamentos e as contradições que a caracterizam”. Esse princípio permite compreender que nenhum marco educacional pode ser analisado isoladamente, mas sempre em relação às disputas políticas, sociais e econômicas do seu tempo. A Lei 5.692/1971, promulgada durante a ditadura militar, é um exemplo contundente de como o Estado utilizou a educação como instrumento de ajuste às demandas do capital. Segundo Saviani (2017, p. 323), tratou-se de uma reforma que “visava adaptar a educação às necessidades do desenvolvimento econômico, subordinando a formação escolar às exigências do mercado de trabalho”.

A escola pública, nesse cenário, enfrenta desafios que se aproximam daqueles dos anos 1970: formar sujeitos críticos em um contexto de pressão para que se adaptem às exigências do mercado. Tais desafios recaem de maneira ainda mais dura sobre os professores, cuja formação e prática são tensionadas por currículos padronizados, políticas de responsabilização e precarização do trabalho. A análise histórica da Lei 5.692/1971 nos ajuda a compreender a permanência dessas tensões e a perceber que a luta por uma educação pública democrática e emancipatória é histórica, sempre em disputa.

A historicidade da educação brasileira, portanto, não é apenas um objeto de estudo, mas um recurso de luta. Se, como lembra Saviani (2017), a história da educação reflete as contradições sociais, cabe aos educadores transformarem esse reflexo em leitura crítica e em prática pedagógica engajada. Essa tarefa exige uma formação docente sólida, fundamentada em teorias críticas da educação, que permita ao professor compreender o papel político da escola.

Assim, diante dos retrocessos democráticos impostos pelo neoliberalismo, a pedagogia crítica pode orientar professores e escolas a resistirem à padronização e à mercantilização da educação, reafirmando a centralidade da escola pública como espaço de formação cidadã. Essa resistência se concretiza em práticas cotidianas que dão voz aos estudantes, que valorizam sua cultura e sua realidade social e que transformam a sala de aula em espaço de construção coletiva do saber. Compreendendo, ainda, conforme Moraes (2019), que “Toda relação social é uma relação pedagógica. As práticas escolarizadas consistem em apenas uma dimensão do processo educacional, o qual perpassa o conjunto da sociedade e se dá por meio das diferentes instituições sociais”.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Pró-Reitoria de Graduação
Diretoria de Processos Seletivos



MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. **Marx, Engels e a educação**; in BOTO, Carlota.

Clássicos do pensamento pedagógico: olhares entrecruzados. Uberlândia: Edufu, 2019.
2, pág. 89.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados. 2017.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA QUESTÃO 02

1. Domínio e consistência teórica dos conceitos conforme as referências bibliográficas indicadas neste Edital (28,00 pontos)

10 pontos para a demonstração do conhecimento histórico do contexto da Lei da Reforma 5.692/71;

10 pontos para a demonstração do conhecimento da história da educação no contexto da Lei da Reforma 5.692/71;

08 pontos para a demonstração de conhecimento a respeito da política econômica estabelecida pelo Regime Militar, no contexto da Lei da Reforma 5.692/71.

2. Análise e articulação dos conceitos no desenvolvimento da resposta da questão (18,00 pontos)

10 pontos para o texto que apontar os conceitos de forma correta e articulada com a educação no contexto da ditadura militar e também da Lei da Reforma 5.692/71.

08 pontos para o texto que apontar a relação entre o contexto da história e a legislação educacional no período da ditadura militar, a partir de uma leitura crítica sobre a educação no período.

3. Coerência e coesão textual da resposta da questão (10,00 pontos)

10 pontos para a escrita clara e consistente a respeito da história da educação, apontando argumentos de autores indicados na lista bibliográfica.

4. Domínio e adequação da linguagem à norma padrão da língua portuguesa da resposta da questão (4,00 pontos)

4 pontos para o texto que demonstrar domínio e adequação da linguagem à norma padrão.